



## EDITAL

### **DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO Nº 04/2026** **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22/CMT/2026**

COM BASE NO ART. Nº. 75, INCISO II da Lei nº 14.133/2021, observadas, no que couber, as diretrizes dos Decretos Municipais nº 3.567/2023 e nº 1.613/2016, **utilizados como referência técnica**, bem como a Resolução nº 088/MD/CMT/2025 da Câmara Municipal de Theobroma, que regulamenta a atuação do Agente de Contratação e da Equipe de Apoio.

#### **1. PREÂMBULO**

A **Câmara Municipal de Theobroma**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob nº 63.789.614/0001-14, com sede à Av. 13 de Fevereiro, nº 1358, Centro, Theobroma/RO, representada pelo Presidente, Sr. Adelson Valter Correia, vem através de sua Agente de Contratação, Sr.(a) Beatriz de Souza Reis, designada pela Portaria nº 020/GP/CMT/2026, torna público que, realizará Dispensa Eletrônica de Licitação, com critério de julgamento do **tipo MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos **Artigo nº 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021** ancorado ao **DECRETO Nº 12.807, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2025**, **LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006** observadas, no que couber, as normas estabelecidas pelo Decreto Municipal nº 3.567/2023 e nº 1.613/2016, utilizadas como **referência técnica**, e demais normas aplicáveis, legislações complementares e, ainda, pelas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e, em conformidade com a autorização contida no Processo.

As exigências estabelecidas neste Edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

#### **2. INFORMAÇÕES DA ABERTURA DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS**

**Data da Abertura:** 19/05/2026

**HORARIO DA DISPUTA DE LANCES:** Das 08h00 às 14h00 (horário de Brasília-DF).

**Local:** No endereço eletrônico [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)

#### **FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS**

Endereço: Av. 13 fevereiro, nº 1358, Centro, Theobroma/RO

Agente de Contratação: **Beatriz de Souza Reis**

E-mail: [camaradetheobroma@gmail.com](mailto:camaradetheobroma@gmail.com)

Todas as informações oficiais pertinentes a presente licitação, poderão ser acessadas gratuitamente no sites:

Licitanet: <https://www.licitanet.com.br>; <https://transparencia.theobroma.ro.gov.br/transparencia/index.php>  
; bem como no mural da Câmara Municipal de Theobroma/RO e no Diário Oficial da AROM  
<https://www.diariomunicipal.com.br/arom/pesquisar>.



### 3. DISPOSIÇÕES LEGAIS

O certame será regido pela Lei nº 14.133/2021, no que couber, as normas estabelecidas pelo Decreto Municipal nº. 3.567/2023 e LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 regulamentadas pelo Decreto Municipal 1.613/2016, e Lei Municipal nº. 535/2016 que Institui a Lei Geral da Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual e dá outras providências e do disposto no presente aviso de Dispensa eletrônica.

**3.1.** A presente dispensa de licitação é fundamentada no art. 75 da Lei nº 14.133/2021:

**Art. 75. É dispensável a licitação:**

II - Para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil e quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos), no caso de outros serviços e compras;

*Alterado pelo Decreto nº 12.807 de 2025, Art. 75 caput, inciso II, R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil e quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos).*

**3.2. LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME, EPP, MEI, com prioridade de contratação regional/Local.**

a) Verificou-se que há fornecedores enquadrados como microempresa e empresa de pequeno porte capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, desta forma deverá cumprir com a Lei Complementar nº 123/2006.

b) Além disso, a este processo sugere-se que seja aplicada a prioridade local/regional conforme regulamento prevê possibilidade de licitação EXCLUSIVA para ME/EPP/MEI.

c) Nos municípios localizados no âmbito regional (**Jaru/RO, Vale do Anari/RO, Vale do Paraíso/RO, Ji-Paraná/RO, Cacaulândia/RO e Ariquemes/RO**) no que couber, as diretrizes constantes nos termos dos incisos I e II, do § 2º, artigo 1º do Decreto Municipal nº 1.613/GP/2016, na forma do disposto nos artigos 47 e 48, § 3º da Lei Complementar nº 123/2006, a fim de promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional

### 4. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES

**4.1.** A referida contratação está no Plano Anual de Contratação–PCA [https://transparencia.theobroma.ro.gov.br/transparencia/aplicacoes/publicacao/detalhe\\_documento.php?id\\_publicacao=6484&nomeaplicacao=publicação](https://transparencia.theobroma.ro.gov.br/transparencia/aplicacoes/publicacao/detalhe_documento.php?id_publicacao=6484&nomeaplicacao=publicação) possui previsão na Lei Orçamentária Anual (LOA).

### 5. DO OBJETO:

**5.1.** O objeto da presente dispensa eletrônica é a escolha da proposta mais vantajosa para Contratação de empresa especializada para fornecimento de serviço de coffee break, incluindo preparo, fornecimento e disponibilização de bebidas quentes (café, leite e chá), bebidas geladas (sucos de polpa de frutas), pães, salgados assados, bolos simples, frutas variadas e demais itens correlatos, conforme cardápio previamente definido, em quantidades proporcionais ao número de participantes, com apresentação adequada, observância das normas sanitárias vigentes e garantia de qualidade, higiene e pontualidade na entrega, destinados ao atendimento de eventos institucionais, reuniões, capacitações e demais atividades promovidas pela Câmara Municipal, conforme justificativa, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.



5.2. Descrição do objeto e valor estimado:

Item	Descrição	Quant.	Unid.	Valor Unit.	Valor Total
<b>CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE COFFEE BREAK</b>					
1	COFFEE BREAK Bebidas quentes: café com e sem açúcar, leite e chá; Refrigerante pet 2 litros diversos sabores c/ e sem açúcar; Sanduiche: c/ 1 fatia de presunto, 1 fatia de queijo, 1 (um) pão tipo pão de bata ou pão de hambúrguer. 1 unidade por pessoa, com 70 g aproximadamente; Mini churros recheado com doce de leite; 2 (dois) unidades por pessoa, com 25 g aproximadamente. Mini pão de queijo, aproximadamente 25 gramas: 1 (um) unidade por pessoa; Bebidas geladas 2 tipos de suco natural: sendo de polpa de fruta, a ser escolhido entre as opções: cupuaçu, abacaxi, acerola ou maracujá. 300 ml por pessoa; Duas variedades de frutas: podendo ser: Melão, Melancia, Abacaxi, Maçã, Manga Ou Banana; 50g a 60g por pedaço, sendo um pedaço de cada fruta por pessoa; Mini salgados assados (doguinho, empada e esfirra). Quantidade mínima de 5 (cinco) salgados por pessoa, 10 a 15 g aproximadamente cada salgado. Mini salgados fritos mistos (coxinha, bolinha de queijo, risoles e pastel) quantidade mínima de 3 (três) salgados por pessoa, 10 a 15 g aproximadamente cada salgado; Salada de frutas confeccionada com frutas frescas no mínimo quatro frutas diferentes (banana, maçã, uva sem semente, mamão, manga, e morango) sem adição de açúcares, com suco de laranja natural. Porcionamento individual 200 ml por pessoa, servida em embalagem de plástico transparente em polietileno com tampa e colher descartável envolta em embalagem lacrada. Confeção no dia da entrega para consumo; Dois tipos de bolos: 1ª opção: bolo de cenoura com cobertura de	200	UN	55,57	11.114,00



**PODER LEGISLATIVO - PALÁCIO ADALGISA PEREIRA PINTO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA-RO**

Av.13 de fevereiro, 1358 – Centro, e-mail: [camaradetheobroma@gmail.com](mailto:camaradetheobroma@gmail.com)

CNPJ: 63.789.614/0001-14, Telefone: (69)3523-1095/1129



chocolate; 2ª opção: bolo de chocolate com cobertura de chocolate; 3ª opção: bolo de milho com cobertura de creme branco; 4ª opção: bolo de fubá com cobertura de goiabada; 5ª opção: bolo de laranja com cobertura de creme branco; 6ª opção: bolo de limão com cobertura de creme branco; Entre as 6 (seis) opções devem ser servidos dois sabores, sendo um pedaço de cada por pessoa, no mínimo 100g por pedaço				
<b>VALOR TOTAL</b>			<b>R\$ 11.114,00</b>	

### 5.3. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

a) Obedecerá ao tipo de **MENOR VALOR GLOBAL**, conforme o artigo 33, inciso I da Lei nº 14.133/2021.

## 6. DOS RECURSOS ORÇAMENTARIOS

**6.1.** As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Poder Legislativo Municipal de Theobroma/RO, para o exercício de 2026 conforme abaixo:

01 PODER LEGISLATIVO

01.001 CAMARA MUNICIPAL

01.001.01.031.0001.2001 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CAMARA

33.90.39 SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

**6.2.** Valor estimado da dispensa: **R\$ 11.114,00 (onze mil e cento e quatorze reais).**

## 7. DA PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

**7.1.** Somente poderão participar desta DISPENSA ELETRÔNICA, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste aviso de Dispensa eletrônica e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas no site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

**a)** Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar da Concorrência deverão dispor de um cadastro prévio, adquirindo login e senhas pessoais (intransferíveis), obtidas junto a LICITANET.

**b)** A participação na DISPENSA ELETRÔNICA se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite estabelecidos

**c)** O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma Eletrônica, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão.

**d)** O licitante deverá promover a sua inscrição e credenciamento na plataforma, para participar desta Concorrência Eletrônica, para inscrição e cadastramento da proposta inicial de preços.



**PODER LEGISLATIVO - PALÁCIO ADALGISA PEREIRA PINTO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA-RO**

Av.13 de fevereiro, 1358 – Centro, e-mail: [camaradetheobroma@gmail.com](mailto:camaradetheobroma@gmail.com)

CNPJ: 63.789.614/0001-14, Telefone: (69)3523-1095/1129



**7.2.** A LICITANET atuará como órgão provedor do sistema eletrônico nos termos firmados com a CÂMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA-RO.

**7.3.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluídos a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos de correntes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**7.4.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aquele setor nem desatualizados.

**7.5.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**a)** Admitir ou negar a participação de consórcios é o resultado de um processo de avaliação do mercado em face do objeto a ser licitado e da ponderação dos riscos inerentes à atuação de uma pluralidade de sujeitos associados para a execução do objeto.

**b)** A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade.

**c)** A participação de consórcios é recomendável quando o objeto considerado for “de alta complexidade ou vulto”, o que não seria o caso do objeto sob exame.

**d)** Não há nada que justifique a participação de empresas em consórcios no objeto em apreço. Ele não se reveste de alta complexidade, tampouco é serviço de grande vulto econômico.

**7.6. Não poderão disputar esta DISPENSA ELETRÔNICA:**

**a)** Aquele que não atenda às condições deste aviso de Dispensa eletrônica e seu (s) anexo (s);

**b)** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**c)** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**d)** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**e)** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**f)** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**g)** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Aviso de Dispensa eletrônica, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**h)** Agente público do órgão ou entidade licitante;



**PODER LEGISLATIVO - PALÁCIO ADALGISA PEREIRA PINTO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA-RO**

Av.13 de fevereiro, 1358 – Centro, e-mail: [camaradetheobroma@gmail.com](mailto:camaradetheobroma@gmail.com)  
CNPJ: 63.789.614/0001-14, Telefone: (69)3523-1095/1129



- i) Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- j) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- k) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;
- l) Impedimento de que trata o item (d) licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- m) A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens (7.3. e 7.4.) poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- n) Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- o) O disposto nos itens (b e c) não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- p) Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**7.7.** Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133/21.

**a)** Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte.

## **8. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DE PROPOSTA INICIAL**

**8.1.** O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma desta Seção.

**8.2.** O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Dispensa eletrônica, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

**a)** A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**8.3.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.



**PODER LEGISLATIVO - PALÁCIO ADALGISA PEREIRA PINTO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA-RO**

Av.13 de fevereiro, 1358 – Centro, e-mail: [camaradetheobroma@gmail.com](mailto:camaradetheobroma@gmail.com)

CNPJ: 63.789.614/0001-14, Telefone: (69)3523-1095/1129



**8.4.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

a) Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**8.5.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**8.6.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**8.7.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**8.8.** Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la.

**8.9.** No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

- a) Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- b) Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
- c) Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Dispensa eletrônica e seus anexos;
- d) Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;
- e) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.
- f) Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**8.10.** Fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço).

- a) Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.
- b) Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Dispensa eletrônica;
- c) O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assumo valor superior a lance já registrado por ele no sistema.



**PODER LEGISLATIVO - PALÁCIO ADALGISA PEREIRA PINTO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA-RO**

Av.13 de fevereiro, 1358 – Centro, e-mail: [camaradetheobroma@gmail.com](mailto:camaradetheobroma@gmail.com)  
CNPJ: 63.789.614/0001-14, Telefone: (69)3523-1095/1129



**d)** O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

## **9. FASE DE LANCE**

**9.1.** A partir do horário estabelecido no preâmbulo neste Aviso de Dispensa eletrônica, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

**9.2.** Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**a)** O lance deverá ser ofertado pelo valor total.

**9.3.** O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**9.4.** O fornecedor somente poderá encaminhar lance com intervalo mínimo entre eles de **R\$ 5,00 (CINCO REAIS)** menor que o valor do último lance.

**9.5.** O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Dispensa eletrônica.

**9.6.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta.

**9.7.** Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

**9.8.** Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**9.9.** Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

**9.10.** Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

**9.11.** O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

## **10. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS ME/EPP/MEI's NO ÂMBITO MUNICIPAL**

**10.1.** Na disputa de itens de participação Exclusiva ou Cotas Reservadas para ME/EPP/MEI, proceder-se-á da seguinte forma:



**PODER LEGISLATIVO - PALÁCIO ADALGISA PEREIRA PINTO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA-RO**

Av.13 de fevereiro, 1358 – Centro, e-mail: [camaradetheobroma@gmail.com](mailto:camaradetheobroma@gmail.com)  
CNPJ: 63.789.614/0001-14, Telefone: (69)3523-1095/1129



**10.2.** Poderá ser concedida, justificadamente, prioridade de contratação de microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual sediadas local, regional ou estadual, até o limite de 10% (dez) por cento do melhor preço válido, nos seguintes termos:

**10.3.** Aplica-se o disposto neste inciso nas situações em que as ofertas apresentadas pelas ME's, EPP's ou MEI's sediadas Local, regional, ou estadual sejam iguais ou até dez por cento superior ao menor preço;

**10.4. Observadas, no que couber, as diretrizes constantes nos termos dos incisos I e II, do § 2º, artigo 1º do Decreto Municipal nº 1.613/GP/PMT/2016, na forma do disposto nos artigos 47 e 48, § 3º da Lei Complementar nº 123/2006,** a fim de promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, nos itens destinados às ME/EPP/MEI, o critério de preferência será oferecido:

- a) Primeiramente às ME's, EPP's ou MEI's sediadas Local.
- b) Diante da não contratação, o benefício será concedido às ME's, EPP's ou MEI's sediadas Regional.
- c) Diante da não contratação, o benefício será concedido às ME's, EPP's ou MEI's sediadas estadual.

**10.5.** Para efeito do item anterior, considera-se:

- a) Entende-se por Local as ME's, EPP's e MEI's sediados no município de Theobroma-RO;
- b) Entende-se por regional as ME's, EPP's e MEI's sediados na microrregião de Theobroma, conforme definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; quais sejam (**Jaru/RO, Vale do Anari/RO, Vale do Paraíso/RO, Ji-Paraná/RO, Cacaulândia/RO e Ariquemes/RO**).
- c) Entende-se por estadual as ME's, EPP's e MEI's sediados nos demais municípios do Estado de RO.

## **11.JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

**11.1.** Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

**11.2.** No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

- a) Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.
- b) A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
- c) Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

**11.3.** Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

**11.4.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

**11.5.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) Contiver vícios insanáveis;
- b) Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
- c) Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;



**PODER LEGISLATIVO - PALÁCIO ADALGISA PEREIRA PINTO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA-RO**

Av.13 de fevereiro, 1358 – Centro, e-mail: [camaradetheobroma@gmail.com](mailto:camaradetheobroma@gmail.com)  
CNPJ: 63.789.614/0001-14, Telefone: (69)3523-1095/1129



e) Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

**11.6.** Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

a) For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

b) Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

**11.7.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**11.8.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

a) O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

b) Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime

**11.9.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**11.10.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**11.11.** Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

**11.12.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Dispensa eletrônica.

**11.13.** É facultada ao agente de contratação, em qualquer fase da dispensa, proceder a promoção de diligência ou verificações destinadas a esclarecer ou complementar a instrução processual.

## **12. HABILITAÇÃO**

**12.1.** Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.



**PODER LEGISLATIVO - PALÁCIO ADALGISA PEREIRA PINTO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA-RO**

Av.13 de fevereiro, 1358 – Centro, e-mail: [camaradetheobroma@gmail.com](mailto:camaradetheobroma@gmail.com)  
CNPJ: 63.789.614/0001-14, Telefone: (69)3523-1095/1129



**12.2.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União;
- b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ;
- c) No Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores –SICAF como inidôneas ou suspensas.

**12.3.** O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

**12.4.** Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**12.5.** Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada, nos documentos por ele abrangidos.

**12.6.** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Dispensa eletrônica e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los via sistema, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

**12.7.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

**12.8.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal;

**12.9.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

**12.10.** Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Dispensa eletrônica.

**12.11.** Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

**12.12.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

### **13. DA CONTRATAÇÃO**



**PODER LEGISLATIVO - PALÁCIO ADALGISA PEREIRA PINTO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA-RO**

Av.13 de fevereiro, 1358 – Centro, e-mail: [camaradetheobroma@gmail.com](mailto:camaradetheobroma@gmail.com)  
CNPJ: 63.789.614/0001-14, Telefone: (69)3523-1095/1129



**13.1.** Após a adjudicação e homologação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

**13.2.** O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Dispensa eletrônica.

**13.3.** O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

**13.4.** O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

**a)** Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

**13.5.** A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Dispensa eletrônica e seus anexos;

**a)** A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

**13.6.** O prazo da entrega está estipulado conforme apresentado no Termo de Referência;

## **14. DO PAGAMENTO**

**14.1.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente à vista da fatura/nota fiscal por ela apresentada devidamente certificada, indicados pelo contratado e que seja VINCULADO AO CNPJ da empresa, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes, observada ainda a ordem cronológica de sua exigibilidade, com fulcro nas Instruções Normativas RFB/1234/2012 e RFB 2.145/2023, como se segue: "Os órgãos da administração pública direta dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, inclusive suas autarquias e fundações, ficam obrigados a efetuar a retenção, na fonte, do imposto sobre a renda incidente sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil".

**14.2.** O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir do recebimento definitivo do objeto da Ordem de Fornecimento.

**a)** A fatura/nota fiscal deverá descrever de forma circunstanciada a descrição dos produtos/materiais e valores conforme o empenho.

**b)** A fatura/nota fiscal de serviço e de aquisição de peças/acessórios deverá ser expedida separadamente uma da outra.

**c)** Deve acompanhar a fatura toda a documentação necessária à comprovação de que a CONTRATADA se mantém regular em todas as condições previstas para habilitação no certame.

**d)** O pagamento somente será efetuado se houver o aceite/certificação da Comissão de Recebimento na fatura/nota fiscal. Se a fatura/nota fiscal não for apresentada ou for apresentada em desacordo ao contratado, com irregularidades, o prazo para o pagamento será interrompido até que a CONTRATADA



providencie as medidas saneadoras necessárias à sua regularização formal, não implicando qualquer ônus para a Câmara Municipal de Theobroma/RO.

e) Saneadas a irregularidades, o prazo de pagamento será contado do início a partir da data de protocolo da comunicação escrita da regularização das falhas e omissões pela CONTRATADA. Tudo em conformidade com que dispõe sobre a Ordem Cronológica de Pagamentos, no âmbito da Câmara Municipal de Theobroma/RO.

## 15.DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**15.1.** Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
  - Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
  - Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
  - Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- i) Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- m) Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

**15.2.** O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções no **artigo 156 da Lei Federal nº 14133/2021**, qual seja:

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de até 10% sobre o valor total do contrato ou da ata de registro de preços;
- c) Multa de até 0,5% (meio por cento) ao dia, do valor contratado, caso haja atraso na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, na execução dos serviços ou na apresentação de eventual documento solicitado pela CONTRATANTE, limitado a 20% (trinta por cento);
- d) **Impedimento de licitar e contratar** no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;



**PODER LEGISLATIVO - PALÁCIO ADALGISA PEREIRA PINTO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA-RO**

Av.13 de fevereiro, 1358 – Centro, e-mail: [camaradetheobroma@gmail.com](mailto:camaradetheobroma@gmail.com)  
CNPJ: 63.789.614/0001-14, Telefone: (69)3523-1095/1129



e) A **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, será aplicada nos casos de infrações administrativas graves, impedindo o responsável de licitar ou contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, por prazo de **3 (três) a 6 (seis) anos**, conforme a gravidade da infração.

**15.3.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

**15.4.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**15.5.** Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**15.6.** A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Dispensa eletrônica, não excluem em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**15.7.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**15.8.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

## **16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**16.1.** O procedimento será divulgado no [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) e no site da Câmara Municipal, e encaminhado automaticamente aos fornecedores, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

**16.2.** No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

- a) Republicar o presente Aviso de Dispensa eletrônica com uma nova data;
- b) Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
- c) No caso da alínea "b", a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
- d) Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
- e) As providências das alíneas "a" e "b" também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).



**PODER LEGISLATIVO - PALÁCIO ADALGISA PEREIRA PINTO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA-RO**

Av.13 de fevereiro, 1358 – Centro, e-mail: [camaradetheobroma@gmail.com](mailto:camaradetheobroma@gmail.com)  
CNPJ: 63.789.614/0001-14, Telefone: (69)3523-1095/1129



**16.3.** Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Dispensa eletrônica, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

**16.4.** Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**16.5.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

**16.6.** Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

**16.7.** No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**16.8.** As normas disciplinadoras deste Aviso de Dispensa eletrônica serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**16.9.** Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

**16.10.** Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Dispensa eletrônica e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

**16.11.** Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

## **17. DO FORO**

**17.1.** As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Jaru/RO, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

## **18.DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**18.1.** A presente Dispensa Eletrônica será conduzida pela **Agente de Contratação**, Sra. **Beatriz de Souza Reis**, designada pela **Portaria nº 020/GP/CMT/2026**, com o apoio da **Equipe de Apoio** nomeada pela Presidência da Câmara Municipal de Theobroma, conforme Resolução nº 088/MD/CMT/2025, que regulamenta a atuação do Agente de Contratação e da Equipe de Apoio no âmbito da Câmara Municipal de Theobroma/RO.



## **19.DOS ANEXOS**

**ANEXO I - DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO E DECLARAÇÕES ANEXO**  
**I- A – DECLARAÇÃO CONJUNTA;**  
**ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA**  
**ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA**

Theobroma-RO, 14 de maio de 2026.

**Responsável pela condução da Dispensa:**

**BEATRIZ DE SOUZA REIS**  
Agente de Contratação  
Portaria 020/2026

## **ANEXO I**

### **DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO E DECLARAÇÕES**

**1) Para habilitação na presente Dispensa Eletrônica será exigida a entrega dos seguintes documentos:**



**PODER LEGISLATIVO - PALÁCIO ADALGISA PEREIRA PINTO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA-RO**

Av.13 de fevereiro, 1358 – Centro, e-mail: [camaradetheobroma@gmail.com](mailto:camaradetheobroma@gmail.com)

CNPJ: 63.789.614/0001-14, Telefone: (69)3523-1095/1129



**1.1. Documentação relativa à qualificação jurídica**

- a) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e alterações; havendo consolidação do contrato social, apenas a última alteração devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhados de documentos de eleição da última administração;
- b) No caso de sociedade civil, ato constitutivo e respectivas alterações, devidamente registrados, acompanhados de prova de investidura da Diretoria em exercício;
- c) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- d) Cópia do documento oficial onde constem número do RG e CPF dos sócios ou do Sócio Administrador.
- e) Em caso de procurador deve apresentar também cópia dos documentos (RG e CPF) do Procurador, devidamente acompanhado do instrumento de PROCURAÇÃO.

**1.2. Documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista:**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Certidão Conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União, a qual engloba também os tributos relativos ao Instituto Nacional de Seguridade Social;
- c) Certidão Negativa de Tributos Estaduais;
- d) Certidão Negativa de Tributos Municipais, do domicílio sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
- e) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (Lei 12.440 de 07 de Julho 2011)-Emitida no site
- g) Certidão negativa correcional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)
- h) SINTEGRA

**1.3. Documentação relativa à qualificação econômica e financeira:**

- a) Certidão negativa de falência, concordata e certidão de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão, ou quando não constar o prazo de validade, que esteja datada dos últimos 90 (noventa) dias, antes da data de abertura deste certame.

**1.4. Documentação relativa à qualificação técnica:**

- a) Atestado de Capacidade Técnica (ACT) em nome da licitante emitido (s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, onde comprove "aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação"

**1.5. DECLARAÇÃO**

- a) FATO SUPERVENIENTE;
- b) EMPREGABILIDADE DE MENOR;
- c) GRAU DE PARENTESCO;

**1.6. ENCAMINHAR DOCUMENTOS**

e-mail: [camaradetheobroma@gmail.com](mailto:camaradetheobroma@gmail.com)

**ANEXO I – A**

**DECLARAÇÃO CONJUNTA ANEXO I-A**

**DECLARAÇÃO CONJUNTA**

Dispensa eletrônica nº \_\_\_\_/2026



**PODER LEGISLATIVO - PALÁCIO ADALGISA PEREIRA PINTO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA-RO**

Av.13 de fevereiro, 1358 – Centro, e-mail: [camaradetheobroma@gmail.com](mailto:camaradetheobroma@gmail.com)  
CNPJ: 63.789.614/0001-14, Telefone: (69)3523-1095/1129



(Razão social da licitante), CNPJ nº \_\_\_\_\_, estabelecida no (a) \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo(a) Sr.(a). \_\_\_\_\_ (representante da empresa e qualificação do mesmo, constando inclusive qual a função/cargo na empresa), portador (a) de CI/RG nº \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_.

**DECLARAÇÃO INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**

Declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

DECLARA, para fins de comprovação no Aviso de dispensa eletrônica de Theobroma/RO, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

☐ MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI

☐ MICROEMPRESA - ME

☐ EMPRESA DE PEQUENO PORTE-EPP

☐ NÃO SE DECLARA MICROEMPRESA PARA FINS DE USUFRUIR DOS BENEFÍCIOS DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006. DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DO OBJETO  
DECLARA, sob as penas da Lei, que possui pleno conhecimento do objeto da presente Dispensa Eletrônica, e concorda com todas as exigências contidas no Aviso de Dispensa eletrônica.

**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE**

Declara para fins de atendimento ao que consta do Aviso da presente Dispensa eletrônica, do Município de Theobroma/RO que a empresa se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firme e verdadeiras.

**DECLARAÇÃO DE QUE ATENDE AO DISPOSTO NO ART. 93 DA LEI Nº 8.213/1991**

Declara, para os devidos fins, que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, e que atende à reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1992.

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART. 7º, XXXIII DA CF/88**

Declara, sob as penas da lei, que nossa empresa não contrata menores de dezoito anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz, cumprindo fielmente o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal de 1988.

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART. 63º, IV DA LEI Nº 14.133/2021**

Declara expressamente, sob as penas da Lei, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

---

Assinatura do representante da Empresa



## **ANEXO II**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

#### **1. INTRODUÇÃO**

- a) Em cumprimento às determinações contidas na lei federal nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, elaboramos o presente Termo de Referência o qual visa subsidiar a instrução do processo de contratação, inclusive na modalidade de dispensa eletrônica, bem como orientar a elaboração das propostas pelos interessados e a adequada execução do objeto, observando os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público.

#### **2. DA JUSTIFICATIVA**

- a) A contratação justifica-se pela necessidade de assegurar condições mínimas de conforto e bem-estar aos participantes dos eventos institucionais, por meio do fornecimento de alimentação leve e bebidas, favorecendo a permanência, atenção e produtividade durante as atividades realizadas.
- b) Ressalta-se que a Câmara Municipal não dispõe de estrutura própria, equipe técnica ou equipamentos adequados para preparo e distribuição dos itens descritos, tornando indispensável a contratação de empresa especializada, capaz de garantir qualidade, higiene, segurança alimentar e padronização dos serviços, em conformidade com as normas sanitárias vigentes.
- c) A medida atende, ainda, aos princípios da eficiência administrativa e da economicidade, ao centralizar o fornecimento por meio de contratação formal, assegurando previsibilidade de custos e regularidade na prestação do serviço.

#### **3. DO OBJETO**

- a) Contratação de empresa especializada para fornecimento de serviço de coffee break, incluindo preparo, fornecimento e disponibilização de bebidas quentes (café, leite e chá), bebidas geladas (sucos de polpa de frutas), pães, salgados assados, bolos simples, frutas variadas e demais itens correlatos, conforme cardápio previamente definido, em quantidades proporcionais ao número de participantes, com apresentação adequada, observância das normas sanitárias vigentes e



**PODER LEGISLATIVO - PALÁCIO ADALGISA PEREIRA PINTO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA-RO**

Av.13 de fevereiro, 1358 – Centro, e-mail: [camaradetheobroma@gmail.com](mailto:camaradetheobroma@gmail.com)

CNPJ: 63.789.614/0001-14, Telefone: (69)3523-1095/1129



garantia de qualidade, higiene e pontualidade na entrega, destinados ao atendimento de eventos institucionais, reuniões, capacitações e demais atividades promovidas pela Câmara Municipal;

b) os serviços a serem prestados incluem:

Item	Descrição	Quant.	Unid.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total
1	<b>COFFEE BREAK</b>  Bebidas quentes: café com e sem açúcar, leite e chá;  Refrigerante pet 2 litros diversos sabores c/ e sem açúcar;  Sanduiche: c/ 1 fatia de presunto, 1 fatia de queijo, 1 (um) pão tipo pão de bata ou pão de hambúrguer. 1 unidade por pessoa, com 70 g aproximadamente;  Mini churros recheado com doce de leite; 2 (dois) unidades por pessoa, com 25 g aproximadamente.  Mini pão de queijo, aproximadamente 25 gramas: 1 (um) unidade por pessoa;  Bebidas geladas 2 tipos de suco natural: sendo de polpa de fruta, a ser escolhido entre as opções: cupuaçu, abacaxi, acerola ou maracujá. 300 ml por pessoa;  Duas variedades de frutas: podendo ser: Melão, Melancia, Abacaxi, Maçã, Manga Ou Banana; 50g a 60g por pedaço, sendo um pedaço de cada fruta por pessoa;  Mini salgados assados (doguinho, empada e esfirra). Quantidade mínima de 5 (cinco) salgados por pessoa, 10 a 15 g aproximadamente cada salgado.  Mini salgados fritos mistos (coxinha, bolinha de queijo, risoles e pastel) quantidade mínima de 3 (três) salgados por pessoa, 10 a 15 g aproximadamente cada salgado;  Salada de frutas confeccionada com frutas frescas no mínimo quatro frutas diferentes (banana, maçã, uva sem semente, mamão, manga, e morango) sem adição de açúcares, com suco de laranja	200	UN	55,57	11.114,00



PODER LEGISLATIVO - PALÁCIO ADALGISA PEREIRA PINTO  
CÂMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA-RO

Av.13 de fevereiro, 1358 – Centro, e-mail: [camaradetheobroma@gmail.com](mailto:camaradetheobroma@gmail.com)

CNPJ: 63.789.614/0001-14, Telefone: (69)3523-1095/1129



	<p>natural. Porcionamento individual 200 ml por pessoa, servida em embalagem de plástico transparente em polietileno com tampa e colher descartável envolta em embalagem lacrada. Confeção no dia da entrega para consumo;</p> <p>Dois tipos de bolos:</p> <p>1ª opção: bolo de cenoura com cobertura de chocolate;</p> <p>2ª opção: bolo de chocolate com cobertura de chocolate;</p> <p>3ª opção: bolo de milho com cobertura de creme branco;</p> <p>4ª opção: bolo de fubá com cobertura de goiabada;</p> <p>5ª opção: bolo de laranja com cobertura de creme branco;</p> <p>6ª opção: bolo de limão com cobertura de creme branco;</p> <p>Entre as 6 (seis) opções devem ser servidos dois sabores, sendo um pedaço de cada por pessoa, no mínimo 100g por pedaço</p>				
<b>Valor Total:</b>				<b>R\$ 11.114,00</b>	

#### 4. VIGÊNCIA DO CONTRATO E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO

- A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogada nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração.
- Considerando a natureza do objeto, caracterizado como prestação de serviços de fornecimento de coffee break para eventos institucionais, o fornecimento será realizado de forma **parcelada e sob demanda**, conforme a necessidade da CONTRATANTE, mediante emissão de Ordem de Serviço ou instrumento equivalente, contendo a especificação do evento, quantitativo estimado de participantes, local, data, horário e cardápio previamente definido.
- Fica estabelecido que cada solicitação deverá observar o quantitativo mínimo de **50 (cinquenta) unidades/participantes**, em razão da viabilidade operacional e econômica da execução do serviço, devidamente justificada no processo de contratação.
- As solicitações deverão ser encaminhadas à CONTRATADA com antecedência mínima de **07 (sete) dias corridos** da data prevista para a realização do evento, a fim de viabilizar o adequado planejamento, preparo e logística. Excepcionalmente,



mediante justificativa da CONTRATANTE e concordância da CONTRATADA, poderão ser atendidas demandas em prazo inferior, desde que não haja prejuízo à qualidade dos serviços.

- e) A CONTRATADA deverá iniciar a execução dos serviços conforme prazo estabelecido na respectiva Ordem de Serviço, observando rigorosamente os horários e condições estipulados, garantindo pontualidade, qualidade, adequada apresentação dos alimentos e atendimento às normas sanitárias vigentes.
- f) Os serviços deverão ser prestados em estrita conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta vencedora, facultando à CONTRATANTE a recusa, total ou parcial, daqueles que não atenderem aos padrões exigidos, sem que disso decorra qualquer ônus adicional.
- g) Qualquer alteração na forma de execução dos serviços deverá ser previamente submetida à análise e aprovação da CONTRATANTE.
- h) Caberá à CONTRATADA fornecer todos os insumos, materiais, utensílios, equipamentos e mão de obra necessários à perfeita execução dos serviços, incluindo itens para preparo, transporte, montagem, reposição e, quando aplicável, organização do espaço, sendo de sua inteira responsabilidade a qualidade, higiene e segurança dos produtos ofertados.

## 5. DA ENTREGA DO OBJETO

- a) A execução do objeto dar-se-á mediante a prestação de serviços de fornecimento de coffee break, compreendendo o preparo, transporte, entrega, montagem, reposição (quando necessário) e organização dos itens no local indicado pela CONTRATANTE, conforme especificações constantes neste Termo de Referência.
- b) Os serviços serão realizados de forma **parcelada e sob demanda**, de acordo com as necessidades da CONTRATANTE, mediante emissão de Ordem de Serviço ou instrumento equivalente, contendo informações sobre local, data, horário, quantitativo de participantes e cardápio previamente definido.
- c) A CONTRATADA deverá realizar a entrega e disponibilização dos itens no local do evento com antecedência mínima suficiente para organização e montagem, garantindo que todos os produtos estejam prontos para consumo no horário estipulado pela CONTRATANTE.
- d) O local de execução dos serviços será, em regra, nas dependências da Câmara Municipal ou em outro local previamente indicado pela CONTRATANTE, dentro do município ou região, conforme a necessidade do evento.
- e) Os alimentos e bebidas deverão ser entregues em perfeitas condições de consumo, observando rigorosamente as normas sanitárias vigentes, acondicionamento



adequado, controle de temperatura, higiene no preparo e transporte, bem como apresentação compatível com a natureza institucional do evento.

- f) Quando previsto na Ordem de Serviço, a CONTRATADA deverá disponibilizar pessoal de apoio para organização, reposição dos itens e manutenção do serviço durante o evento, bem como fornecer todos os utensílios necessários, tais como mesas de apoio, toalhas, bandejas, recipientes térmicos, copos, xícaras, pratos e talheres descartáveis ou reutilizáveis.
- g) A entrega será considerada efetivamente realizada após a verificação, pela CONTRATANTE, do atendimento integral das especificações contratadas, incluindo qualidade dos produtos, quantitativos, pontualidade, apresentação e condições de higiene, bem como mediante a apresentação da respectiva nota fiscal.
- h) O descumprimento dos prazos, das condições estabelecidas ou a entrega de itens em desacordo com o contratado ensejará a recusa total ou parcial dos serviços, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

**6. A CONTRATADA OBRIGA-SE A CUMPRIR FIELMENTE O ESTIPULADO NESTE TERMO DE REFERENCIA, EM ESPECIAL:**

- a) Executar os serviços contratados em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta apresentada e aceita pela Administração, garantindo a qualidade dos alimentos, a adequada prestação do serviço e o atendimento aos prazos e condições pactuadas.
- b) Responsabilizar-se, de forma integral e objetiva, pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de falhas, vícios, defeitos ou irregularidades na execução do objeto, nos termos dos arts. 117, 120, 121 e 124 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais sanções administrativas, civis e legais cabíveis.
- c) Realizar o preparo, acondicionamento, transporte e fornecimento dos alimentos e bebidas em estrita observância às normas sanitárias vigentes, especialmente as da Vigilância Sanitária, assegurando condições adequadas de higiene, conservação e controle de temperatura dos produtos.
- d) Efetuar a entrega, montagem e organização do coffee break no local indicado pela CONTRATANTE, com antecedência suficiente para o início do evento, garantindo a adequada apresentação dos itens e a plena disponibilidade para consumo no horário estipulado.
- e) Quando solicitado, disponibilizar equipe de apoio para organização, reposição dos itens durante o evento e manutenção das condições de higiene e apresentação dos alimentos.



- f) Responsabilizar-se integralmente pela qualidade, procedência e segurança alimentar dos produtos fornecidos, respondendo por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de falhas, vícios ou inadequações na execução do objeto, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- g) Substituir, às suas expensas e sem ônus para a Administração, quaisquer itens que apresentem desconformidade com as especificações, má qualidade, inadequação ao consumo ou apresentação insatisfatória, no prazo estabelecido pela CONTRATANTE.
- h) Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos nas Ordens de Serviço, especialmente quanto aos horários de entrega e início da disponibilização dos serviços, sendo vedados atrasos injustificados.
- i) Atender prontamente às solicitações da CONTRATANTE, prestando esclarecimentos, ajustes ou adequações necessárias à execução dos serviços.
- j) Manter, durante toda a vigência da contratação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.
- k) Não transferir a terceiros, total ou parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar a execução dos serviços, salvo mediante autorização expressa da Administração.
- l) Arcar com todos os custos diretos e indiretos relacionados à execução do objeto, incluindo insumos, mão de obra, transporte, equipamentos, utensílios, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e demais despesas necessárias.
- m) Acatar as orientações da fiscalização da CONTRATANTE, adotando imediatamente as providências necessárias para correção de falhas ou irregularidades apontadas.
- n) Comunicar formalmente à CONTRATANTE qualquer ocorrência que possa comprometer a execução dos serviços, permitindo a adoção de medidas corretivas em tempo hábil.

## **7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- a) Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços, fixando-lhe, quando não pactuado neste Contrato, prazo para corrigi-las;
- b) Arcar com as despesas de publicação do extrato deste Contrato e dos Termos Aditivos que venham a ser firmados.
- c) Designar servidor (es) responsável (is) para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;
- d) Exigir o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da empresa contratada, que não mereça a sua confiança ou embarace a fiscalização, ou, ainda,



que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe foram atribuídas;

- e) Cumprir com as obrigações acordadas em contrato, mais especificamente, honrar o pagamento dentro dos prazos fixados e repassar a documentação solicitada, necessária ao bom andamento dos trabalhos;
- f) Acompanhamento, fiscalização e controle dos serviços, através de membros designados pela Administração da Câmara Municipal de Theobroma, para fins de pagamento;
- g) A fiscalização exercida pela contratante não exime a ADJUDICATÁRIA das responsabilidades administrativas, civis ou criminais, em decorrências da execução dos serviços, perante a administração pública ou terceiros.

## **8. CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO**

- a) O pagamento será efetuado pela contratante em até 30 (trinta) dias úteis após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura.
- b) Sem prejuízo das sanções cabíveis, o pagamento poderá ser retido ou glosado, quando a CONTRATADA não produzir os resultados, deixar de executar ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- c) Nota Fiscal/Fatura será apresentada pela empresa contratada, e deverá conter o detalhamento dos serviços executados, bem como, os seguintes elementos necessários e essenciais do documento.
- d) Em caso de irregularidades ou imperfeições na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir da sua reapresentação, desde que devidamente regularizado.
- e) A CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se no ato da atestação os produtos fornecidos não estiverem em perfeitas condições com o descrito neste Termo de Referência ou em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas pela CONTRATADA.

### **8.1 - Documentação relativa à qualificação jurídica**

- a) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e alterações; havendo consolidação do contrato social, apenas a última alteração devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhados de documentos de eleição da última administração;
- b) No caso de sociedade civil, ato constitutivo e respectivas alterações, devidamente registrados, acompanhados de prova de investidura da Diretoria em exercício;
- c) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- e) Cópia do documento oficial onde constem número do RG e CPF dos sócios ou do Sócio Administrador.



- f) Em caso de procurador deve apresentar também cópia dos documentos (RG e CPF) do Procurador, devidamente acompanhado do instrumento de PROCURAÇÃO.

### **8.2 Documentação relativa á regularidade fiscal e trabalhista:**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Certidão Conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União, a qual engloba também os tributos relativos ao Instituto Nacional de Seguridade Social, sendo que essa pode ser retirada através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br);
- c) Certidão Negativa de Tributos Estaduais;
- d) Certidão Negativa de Tributos Municipais, do domicílio sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
- e) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (Lei 12.440 de 07 de Julho 2011) – Emitida no site <http://www.tst.jus.br/certidao>;
- g) Certidão negativa correccional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM) <https://certidoes.cgu.gov.br/>;
- h) Consulta Pública à Redesim De Rondônia (SINTEGRA) <https://portalcontribuinte.sefin.ro.gov.br/Publico/parametropublica.jsp>.

### **8.3 Documentação relativa à qualificação econômica e financeira:**

- a) Certidão negativa de falência, concordata e certidão de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão, ou quando não constar o prazo de validade, que esteja datada dos últimos 90 (noventa) dias, antes da data de abertura deste certame.

### **8.4 Documentação relativa à qualificação técnica:**

- a) Atestado de Capacidade Técnica (ACT) em nome da licitante emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, onde comprove "aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação".

## **9. DA HABILITAÇÃO**

- a) Para fins de habilitação, será exigida a comprovação das condições de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira e, quando pertinente, qualificação técnica, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e conforme definido neste Termo de Referência.
- b) A comprovação da regularidade poderá ser realizada por meio de consulta a sistemas oficiais, tais como cadastros unificados de fornecedores, bases governamentais e sítios eletrônicos oficiais, sendo facultado à Administração dispensar a apresentação de documentos já disponíveis nesses sistemas.
- c) O fornecedor classificado em primeiro lugar deverá apresentar os documentos de habilitação exigidos no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, contadas da



convocação pela Administração, por meio do sistema eletrônico ou outro meio oficial de comunicação.

- d) O prazo poderá ser prorrogado, mediante solicitação devidamente justificada pelo fornecedor e aceita pela Administração, desde que não comprometa a celeridade do procedimento.
- e) O não envio da documentação no prazo estabelecido implicará na inabilitação do fornecedor, com a consequente convocação do próximo classificado.
- f) Será admitido o saneamento de falhas formais, complementação de informações ou atualização de documentos já apresentados, desde que não alterem a substância das propostas e observem o disposto no art. 64 da Lei nº 14.133/2021.
- g) Os documentos deverão estar válidos na data de sua apresentação, podendo a Administração, a qualquer tempo, exigir a comprovação de autenticidade ou a apresentação dos documentos originais.
- h) A Administração poderá realizar diligências para verificar a veracidade das informações prestadas, bem como consultar bases de dados oficiais para validação das condições de habilitação, inclusive quanto à existência de sanções que impeçam a contratação.

## **10. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

- a) A gestão financeira e a fiscalização do cumprimento do contrato serão exercidas pelo Presidente da Câmara, ou servidor expressamente designado que atuará como gestor de contratos, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à Administração;
- b) A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021;
- c) O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como no nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente as providências cabíveis.

## **11. DAS PENALIDADES**

- a) Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:
  - I. der causa à inexecução parcial do contrato;
  - II. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



PODER LEGISLATIVO - PALÁCIO ADALGISA PEREIRA PINTO  
CÂMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA-RO

Av.13 de fevereiro, 1358 – Centro, e-mail: [camaradetheobroma@gmail.com](mailto:camaradetheobroma@gmail.com)

CNPJ: 63.789.614/0001-14, Telefone: (69)3523-1095/1129



- III. der causa à inexecução total do contrato;
  - IV. ensejar o retardamento da execução do objeto sem motivo justificado;
  - V. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
  - VI. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - VII. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - VIII. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.
- b) Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, poderão ser aplicadas à CONTRATADA, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções, conforme a gravidade da infração:
- I – Advertência, quando se tratar de infração leve e sem prejuízo relevante à execução do objeto;
  - II – Multa:
    - 1) **Moratória:** de **0,5% (meio por cento) por dia de atraso**, incidente sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a **20% (vinte por cento)** do valor correspondente;
    - 2) **Compensatória:** de até **30% (trinta por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou descumprimento grave;
  - III – Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 3 (três) anos;
  - IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- a) Considerando a natureza do objeto, caracterizado pela prestação de serviços vinculados a eventos com data e horário previamente definidos, será considerada falta grave o **atraso injustificado na entrega ou montagem do coffee break**, bem como o fornecimento de produtos em desacordo com as condições de qualidade, higiene e apresentação exigidas, podendo ensejar a aplicação de multa e demais sanções cabíveis.
- b) A aplicação das sanções previstas neste Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE, nos termos do art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021.
- c) As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, nos termos do art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021.
- d) Antes da aplicação de qualquer sanção será assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data da intimação, nos termos do art. 157 da Lei nº 14.133/2021.
- e) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor eventualmente devido pela CONTRATANTE à CONTRATADA, a diferença poderá ser descontada de pagamentos devidos ou cobrada judicialmente, nos termos do art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021.



## 12. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

- a) 12.1. As partes comprometem-se a cumprir integralmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), bem como demais normas aplicáveis à proteção de dados pessoais, no âmbito da execução do presente contrato.
- b) 12.2. Para fins deste Termo de Referência, considera-se que a CONTRATANTE atuará como **controladora** dos dados pessoais eventualmente tratados, e a CONTRATADA atuará como **operadora**, tratando os dados exclusivamente conforme as instruções fornecidas pela CONTRATANTE.
- c) 12.3. A CONTRATADA deverá utilizar os dados pessoais a que tiver acesso exclusivamente para a finalidade de execução do objeto contratual, sendo vedado o seu uso para qualquer outra finalidade, bem como sua divulgação, compartilhamento ou comercialização, sem prévia autorização da CONTRATANTE.
- d) 12.4. A CONTRATADA compromete-se a adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
- e) 12.5. Caso ocorra incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares dos dados pessoais, a CONTRATADA deverá comunicar imediatamente à CONTRATANTE, fornecendo informações detalhadas sobre a ocorrência, as medidas adotadas e as providências necessárias para mitigação dos efeitos.
- f) 12.6. A CONTRATADA deverá garantir que seus empregados, prepostos ou terceiros autorizados a tratar dados pessoais estejam devidamente capacitados e comprometidos com a confidencialidade das informações, inclusive mediante assinatura de termo de sigilo, quando aplicável.
- g) 12.7. Encerrada a execução contratual, a CONTRATADA deverá eliminar, anonimizar ou devolver à CONTRATANTE todos os dados pessoais tratados, conforme orientação da Administração, ressalvadas as hipóteses legais de retenção obrigatória.
- h) 12.8. A CONTRATADA responderá pelos danos decorrentes do tratamento irregular de dados pessoais, quando comprovada sua responsabilidade, nos termos da legislação aplicável.

## 13.DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO



- a) A contratação do objeto deste Termo de Referência será realizada por **dispensa de licitação**, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, tendo em vista que o valor estimado da contratação, apurado com base na média de preços de mercado, enquadra-se no limite legal para contratações diretas, observados os princípios da legalidade, economicidade, eficiência, planejamento, motivação e interesse público.
- b) Sempre que possível, a dispensa de licitação será processada **preferencialmente por meio eletrônico**, de forma a ampliar a competitividade, garantir a transparência do procedimento e assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.
- c) O critério de julgamento a ser adotado será o de **MENOR VALOR GLOBAL**, desde que atendidas integralmente as especificações técnicas, as condições estabelecidas neste Termo de Referência e os requisitos de habilitação exigidos.

#### 14. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

- a) O recebimento do objeto dar-se-á mediante a prestação dos serviços de fornecimento de coffee break, compreendendo a entrega, montagem, organização e disponibilização dos alimentos e bebidas no local, data e horário previamente definidos pela CONTRATANTE.
- b) A CONTRATADA estará sujeita à fiscalização no momento da execução dos serviços, reservando-se à CONTRATANTE, por meio de servidor designado, o direito de recusar, total ou parcialmente, os itens fornecidos ou os serviços prestados que não estejam em conformidade com as especificações deste Termo de Referência, com o cardápio definido ou que não atendam aos padrões de qualidade, higiene e apresentação exigidos.
- c) O recebimento dar-se-á em duas etapas:
  - I – Recebimento provisório:** ocorrerá no ato da entrega e montagem do coffee break, mediante verificação inicial quanto à conformidade dos itens fornecidos, quantitativos, apresentação, pontualidade e condições de higiene, pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato.
  - II – Recebimento definitivo:** ocorrerá após a verificação da adequada execução dos serviços durante o evento, incluindo a qualidade dos produtos, eventual reposição (quando prevista), atendimento às condições contratadas e ausência de irregularidades relevantes, formalizado pelo atesto na nota fiscal pelo fiscal do contrato.
- d) Constatada qualquer irregularidade, tais como atraso na entrega, fornecimento de itens em desacordo com o cardápio, produtos impróprios para consumo, quantidade insuficiente ou inadequação na apresentação, a CONTRATADA deverá



promover a imediata correção ou substituição dos itens, sempre que possível no curso do evento, sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

- e) Na impossibilidade de correção imediata, a Administração poderá recusar total ou parcialmente o objeto, aplicar as penalidades cabíveis e proceder aos ajustes proporcionais no pagamento, sem prejuízo da apuração de responsabilidade.
- f) A CONTRATADA obriga-se a fornecer produtos de primeira qualidade, observando rigorosamente as normas sanitárias vigentes, sendo de sua inteira responsabilidade a segurança alimentar, acondicionamento, transporte e adequada manipulação dos alimentos.
- g) O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos vícios aparentes ou ocultos, nem pela garantia da qualidade dos serviços prestados, nos termos da legislação aplicável.

## **15. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

- a) Para efeito da realização da contratação, a despesa decorrente do processo tem adequação orçamentária e financeira anual e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, com a Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA, sendo constatada a existência de dotação orçamentária para o exercício de 2026.
- b) A contratação será atendida pela seguinte dotação orçamentária:

<b>01</b>	<b>PODER LEGISLATIVO</b>
<b>01.001</b>	<b>CÂMARA MUNICIPAL</b>
<b>01.001.01.031.0001.2001</b>	<b>MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA</b>
<b>3.3.90.39</b>	<b>OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA</b>
<b>JURÍDICA</b>	

**VALOR ESTIMADO – R\$11.114,00 (onze mil, cento e quatorze reais).**

## **16. DAS ALTERAÇÕES DESTE TERMO DE REFERÊNCIA**

- a) Este Termo de Referência poderá sofrer alterações até a data de divulgação ou publicação do instrumento convocatório, a fim de fornecer corretamente os dados para a apresentação da proposta comercial, bem como, para se adequar às condições estabelecidas pela legislação vigente.



**PODER LEGISLATIVO - PALÁCIO ADALGISA PEREIRA PINTO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA-RO**  
Av.13 de fevereiro, 1358 – Centro, e-mail: [camaradetheobroma@gmail.com](mailto:camaradetheobroma@gmail.com)  
CNPJ: 63.789.614/0001-14, Telefone: (69)3523-1095/1129



**DHEYSA PAULINE DOS SANTOS ALMEIDA**  
**Chefe de Gabinete da Presidência**

**ADELSON VALTER CORREIA**  
**Presidente da Câmara**



ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL  
DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO Nº 04/CMT/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22/CMT/2026  
FUNDAMENTO LEGAL: ART. Nº 75, INCISO II DA LEI nº 14.133/2021

PROPOSTA DE PREÇOS PARA OS OBJETOS CONFORME ESPECIFICAÇÃO ABAIXO:

<b>Fornecedor:</b>	<b>Telefone:</b>
<b>CNPJ:</b>	<b>E-mail:</b>
<b>Endereço:</b>	
<b>Representante:</b>	<b>CPF:</b>
<b>Data:</b> ____/____/____.	

**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE XXXXXXXXXX, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS.

Lote	Item	Descrição	Quant.	Unid.	Valor Unit.	Valor Total
	1	XXXXXXXX	XXX			
Carimbo com CNPJ da empresa e assinatura do responsável				Valor Total: R\$		

Valor total global: R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA - Não inferior a 60 dias

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: PRAZO E LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO:

Despesas inerentes a impostos, tributos, contratação de pessoal e outros, correrão totalmente por conta da Empresa contratada;

Apresentamos nossa proposta conforme o estabelecido no Edital.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.  
Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável CPF:

Obs.: Identificação, assinatura do representante legal e carimbo do CNPJ, se houver.